

CADERNO ENCARGOS

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO INFANTIL NOS PARQUES INFANTIS DO ALTO DE SANTO ANTÓNIO E PARQUE URBANO DE SÃO LOURENÇO EM ABRANTES

AJUSTE DIRETO N.º 259/2024

Índice

DISPOSIÇÕES GERAIS	5
Cláusula 1. ^a	5
Objeto	5
Cláusula 2. ^a	5
Contrato	5
Cláusula 3. ^a	5
CAPÍTULO II	6
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	6
SECÇÃO I.....	6
OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS	6
SUBSECÇÃO I	6
DISPOSIÇÕES GERAIS	6
Cláusula 4. ^a	6
Obrigações principais do prestador de serviços	6
Cláusula 5. ^a	6
Forma de prestação do serviço	6
Cláusula 6. ^a	7
Prazo de prestação do serviço.....	7
Cláusula 7. ^a	7
Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato	7
Cláusula 8. ^a	8
Transferência de propriedade	8
SUBSECÇÃO II	8
DEVER DE SIGILO	8
Cláusula 9. ^a	8
Objeto do dever de sigilo	8
Cláusula 10. ^a	9
Prazo do dever de sigilo	9
SECÇÃO II.....	9
OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO DE ABRANTES	9

Cláusula 11.ª 9

Preço Base 9

Cláusula 12.ª 9

Preço contratual 9

Cláusula 13.ª 10

Condições de pagamento 10

CAPÍTULO III 10

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO..... 10

Cláusula 14.ª 10

Penalidades contratuais 10

Cláusula 15.ª 11

Força maior 11

Cláusula 16.ª 12

Resolução por parte do contraente público..... 12

Cláusula 17.ª 13

Resolução por parte do prestador de serviços 13

CAPÍTULO IV 13

CAUÇÃO 13

Cláusula 18.ª 13

Execução da caução..... 13

CAPÍTULO V 14

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS 14

Cláusula 19.ª 14

Foro competente..... 14

CAPÍTULO VI 14

DISPOSIÇÕES FINAIS 14

Cláusula 20.ª 14

Subcontratação e cessão da posição contratual 14

Cláusula 21.ª 14

Trabalhadores afetos à prestação do serviço 14

Cláusula 22.ª 14

Comunicações e notificações 14

CADERNO DE ENCARGOS
RELATIVO A CONTRATOS
DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS



Cláusula 23.ª..... 15

Contagem dos prazos 15

Cláusula 24.ª..... 15

Legislação aplicável 15

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição de serviços para manutenção de equipamento infantil nos parques infantis do Alto de Santo António e Parque Urbano de São Lourenço em Abrantes”, em conformidade com a legislação aplicável, as cláusulas jurídicas e os anexos ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 2.ª

Contrato

1. O contrato é constituído pelos seguintes elementos:
 - a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
2. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

Cláusula 3.ª

1. O contrato mantém-se em vigor pelo **prazo de 70 (setenta dias)**, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. O início do contrato conta-se a partir da data da assinatura do mesmo e após publicitação no Portal da Internet dedicado aos contratos públicos (<http://www.base.gov.pt>), sendo condição de eficácia do respetivo contrato esta publicitação.

CAPÍTULO II
OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

Secção I
Obrigações do prestador de serviços

Subsecção I
Disposições gerais

Cláusula 4.ª
Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, do contrato decorrem para o prestador de serviços as seguintes obrigações principais:
 - a) Obrigação de efetuar a prestação de serviços em conformidade com as especificações e requisitos técnicos constantes nos anexos ao presente Caderno de Encargos e de acordo com a proposta adjudicada;
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 5.ª
Forma de prestação do serviço

1. Para o acompanhamento da execução do contrato, o prestador de serviços fica obrigado a informar e manter, com uma periodicidade que se revele adequada e para as quais seja convocado nos termos do número seguinte, reuniões de coordenação com os representantes do Município de Abrantes.
2. Todos os relatórios, registos, comunicações, atas e demais documentos elaborados pelo prestador de serviços devem ser integralmente redigidos em português e entregues em formato digital (*pdf* e *word*) e suporte de papel (formato A4).

Cláusula 6.ª

Prazo de prestação do serviço

O prestador de serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos, **no prazo máximo de 70 (setenta) dias**, a contar da data da assinatura do contratado.

Cláusula 7.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de **2 (dois) dias** a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, o Município de Abrantes procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o prestador de serviços deve prestar ao Município de Abrantes toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise do Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve de isso informar, por escrito, o prestador de serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o prestador de serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pelo Município de Abrantes, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários pelo prestador de serviços, no prazo respetivo, o Município de Abrantes procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise do Município de Abrantes a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo prestador de serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos

definidos nos anexos ao presente Caderno de Encargos, o prestador do serviço será informado por email pelo Município de Abrantes.

7. A aceitação a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos nos anexos ao presente Caderno de Encargos.

Cláusula 8.ª

Transferência de propriedade

1. Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para o Município de Abrantes, incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.
2. Pela cessão dos direitos a que alude o número anterior não é devida qualquer contrapartida para além do preço a pagar nos termos do presente Caderno de Encargos.

Subsecção II

Dever de sigilo

Cláusula 9.ª

Objeto do dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município de Abrantes, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 10.ª

Prazo do dever de sigilo

O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 2 (dois) anos a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Secção II

Obrigações do Município de Abrantes

Cláusula 11.ª

Preço Base

1. Nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, **o preço base (máximo) do procedimento**, como parâmetro base (máximo) do preço contratual, **é fixado em 9.361,79€ (nove mil trezentos e sessenta e um euros e setenta e nove cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

Cláusula 12.ª

Preço contratual

2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, o Município de Abrantes deve pagar ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. **O preço a que se refere o n.º 1 será pago integralmente após a prestação de serviços de acordo com o definido no Caderno de encargos.**

Cláusula 13.ª

Condições de pagamento

1. A quantia devida pelo Município de Abrantes, nos termos da cláusula anterior, deve ser paga no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, após a data da notificação da decisão da adjudicação e receção pelo Município de Abrantes da respetiva fatura, a qual só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva;
2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a emissão da declaração de aceitação pelo Município de Abrantes, nos termos da Cláusula 7.ª;
3. A faturação a emitir em nome do Município de Abrantes deverão ser enviadas para o endereço eletrónico faturacao@cm-abrantes.pt, com a indicação do número da requisição ou do compromisso.
4. Em caso de discordância por parte do Município de Abrantes, quanto ao valor indicado na fatura, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
5. Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1 e no n.º 2, a fatura será paga através de cheque ou transferência bancária.

CAPÍTULO III

PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

Cláusula 14.ª

Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município de Abrantes pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
 - a) Pelo incumprimento da data e prazo de entrega dos elementos referentes a cada fase do contrato, a pena pecuniária a aplicar será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$P=V*A/500$$

em que

P = montante da penalidade;

V = preço contratual;

A = número de dias em atraso.

2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, o Município de Abrantes pode exigir-lhe uma pena pecuniária até 10% do valor adjudicado.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo da alínea a) do n.º 1, relativamente aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a resolução do contrato.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, o Município de Abrantes tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. O Município de Abrantes pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que o Município de Abrantes exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 15.ª

Força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus

- subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 16.ª

Resolução por parte do contraente público

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Município de Abrantes pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o prestador de serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
 - a) Pelo atraso na conclusão dos serviços objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do prestador de serviços de que o atraso respetivo excederá esse prazo.
2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao prestador de serviços e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público.

Cláusula 17.ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
2. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de sessenta (60) dias;
3. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da Cláusula 19.ª.
4. Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município de Abrantes, que produz efeitos 30 dias após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
5. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

CAPÍTULO IV

CAUÇÃO

Cláusula 18.ª

Execução da caução

1. Não é exigida prestação de caução.
2. O Município do Abrantes, se o considerar conveniente, pode proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

CAPÍTULO V
RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

Cláusula 19.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo de círculo de Leiria, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 20.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 21.ª

Trabalhadores afetos à prestação do serviço

O adjudicatário obriga-se a cumprir o disposto no artº 419º-A do CCP, na atual redação, por força do disposto no nº 2 do artº 451º do mesmo diploma legal.

Cláusula 22.ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 23.ª

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

Cláusula 24.ª

Legislação aplicável

O contrato é regulado pela legislação portuguesa.